

# Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 23, de 2015

**Autoria:** Senador João Capiberibe (PSB/AP)

**Iniciativa:**

**Ementa:**

Nos termos do art 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para debater os seis anos da implementação da Lei da Transparência.

A Lei da Transparência 131 de 27 de maio de 2009, de autoria do senador João Capiberibe, foi sancionada pela Presidente da República, e se tornou uma eficiente arma no combate à corrupção no país. A Lei obriga a União, Estados e Municípios a colocarem as suas contas na internet.

“A promoção da transparência das informações públicas é uma ferramenta de aperfeiçoamento da democracia, o que incentiva a educação política, subsidia o combate à corrupção e facilita a avaliação dos governantes por parte da sociedade”.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Sr. Ministro Aroldo Cedraz de Oliveira – TCU;
2. Sr. Ministro Valdir Moyses Simão – CGU;
3. Sr. Gil Castelo Branco – Secretário Geral da Associação Contas Abertas;
4. Sr. Marcos Vinícios Furtado Coelho – Presidente da OAB Brasília;
5. Sr. Ex Ministro Carlos Ayres Britto;
6. Sr. Luiz Inácio de Lucena Adams;
7. Sr. Afonso Guilherme – Promotor do estado do Amapá;
8. Sr. Fernando Rodrigues – Jornalista UOL/Folha;
9. Sr. José Luiz das Graças – Vereador do Município de Paraíso/MG;
10. Sr. Rodrigo Janot – Procurador Geral da República.

**Assunto:** -

**Data de Leitura:** -

**Tramitação encerrada**

**Decisão:** -

**Último local:** -

**Destino:** -

**Último estado:** 28/04/2015 - APROVADA

**TRAMITAÇÃO**

**28/04/2015** SF-CMA - Comissão de Meio Ambiente

**Situação:** APROVADA

**Ação:** Reunida a Comissão, na 10ª Reunião Extraordinária, nesta data, é lido e aprovado o Requerimento com aditamentos para a inclusão dos seguintes convidados:  
- Aditamento proposto pelo Autor: Ministro de Estado da Fazenda, Joaquim Levy e Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa;  
- Aditamento proposto pelo Senador Ataídes Oliveira: Sr. Marcelo Pacheco dos Guarany, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

## Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 23, de 2015

## TRAMITAÇÃO

**22/04/2015** SF-CMA - Comissão de Meio Ambiente

**Situação:** INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

**Ação:** Matéria constante da Pauta da 10ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, agendada para o dia 28/04/2015.

**25/03/2015** SF-CMA - Comissão de Meio Ambiente

**Ação:** Recebido na Comissão nesta data.

## DOCUMENTOS

## RMA 23/2015

**Data:** 25/03/2015

**Autor:** Senador João Capiberibe (PSB/AP)

**Local:** null

**Descrição/Ementa:** Nos termos do art 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para debater os seis anos da implementação da Lei da Transparência.

A Lei da Transparência 131 de 27 de maio de 2009, de autoria do senador João Capiberibe, foi sancionada pela Presidente da República, e se tornou uma eficiente arma no combate à corrupção no país. A Lei obriga a União, Estados e Municípios a colocarem as suas contas na internet.

“A promoção da transparência das informações públicas é uma ferramenta de aperfeiçoamento da democracia, o que incentiva a educação política, subsidia o combate à corrupção e facilita a avaliação dos governantes por parte da sociedade”.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Sr. Ministro Aroldo Cedraz de Oliveira – TCU;
2. Sr. Ministro Valdir Moyses Simão – CGU;
3. Sr. Gil Castelo Branco – Secretário Geral da Associação Contas Abertas;
4. Sr. Marcos Vinícios Furtado Coelho – Presidente da OAB Brasília;
5. Sr. Ex Ministro Carlos Ayres Britto;
6. Sr. Luiz Inácio de Lucena Adams;
7. Sr. Afonso Guilherme – Promotor do estado do Amapá;
8. Sr. Fernando Rodrigues – Jornalista UOL/Folha;
9. Sr. José Luiz das Graças – Vereador do Município de Paraíso/MG;
10. Sr. Rodrigo Janot – Procurador Geral da República.